

# Presidente passa mal e precisa cancelar almoço

O ESTADO DE SÃO PAULO  
19 MAI 2000

BRASÍLIA – Um mal-estar ontem impediu o presidente Fernando Henrique Cardoso de completar sua agenda da manhã. Ele passou mal durante a cerimônia de formatura dos alunos do Instituto Rio Branco – teve intoxicação alimentar – e precisou deixar o Itamaraty às pressas, sem participar do almoço que seria oferecido aos novos diplomatas. Seu médico de confiança na capital federal, Ricardo Peixoto Camarinha, recomendou-lhe que se alimente em casa, com uma dieta leve. Fernando Henrique deixou o Itamaraty e foi para o Palácio da Alvorada, onde almoçou com a primeira-dama, Ruth Cardoso.

De manhã, ele não demonstrava estar indisposto e assistiu a toda a cerimônia, em que fez um longo discurso. O único momento constrangedor aconteceu quando uma passeata de servidores do Distrito Federal, que estão em greve, passou diante do Itamaraty. Os gritos de protesto obrigaram a banda dos fuzileiros navais a aumentar o tom para abafar as críticas ao governo.

O presidente não tem apresentado problemas de saúde. Seu último check up foi feito em fevereiro e confirmou que está em boa forma. “O presidente está bem, é apenas uma sequência de almoços e jantares”, justificava o ministro da Educação, Paulo Renato Souza. “Ele chegou a comentar comigo que se sentia indisposto, rindo”, disse o ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, que participou da cerimônia no Itamaraty. “Esse é um mal democrático, não perdoa ninguém”, emendou.

**Mínimo** – No fim da tarde foi divulgado que o presidente sancionou o projeto de lei que fixa em R\$ 151 o novo salário mínimo. A medida provisória, convertida em lei, foi aprovada pelo Congresso na semana passada por mais de 300 votos, colocando fim a um impasse que durou cinco meses e dividiu a bancada governista. Desde o início do seu primeiro mandato, em 1995, é a primeira vez que o presidente sanciona o mínimo. Nesses últimos anos, o salário referencial do trabalhador vem sendo fixado por meio de medidas provisórias que nunca fora apreciadas pelo Legislativo. (I. B.)